



DOCENTES, GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL: EVIDÊNCIAS DE UMA PESQUISA QUALITATIVA NA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ (AL)

OLIVEIRA, Manasséis Silvério da Silva¹

ANJOS, Cleriston Izidro dos²

BARROS, Alyssandra Fabrícia Ferreira³

Grupo de Trabalho (GT): Infâncias, Juventudes e Processos Educativos

RESUMO

Este estudo investiga de que modo docentes da Educação Infantil da rede pública de Maceió (AL) compreendem e incorporam as questões de gênero em suas práticas pedagógicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas e análise documental. Os resultados indicam que a maioria reconhece a relevância do debate de gênero, porém enfrenta barreiras recorrentes: ausência de formação continuada, falta de materiais adequados e resistência institucional. Verificou-se, ainda, que as práticas mais efetivas são pontuais e dependem da iniciativa individual de docentes. A ancoragem em autoras como Butler, Beauvoir, bell hooks e Mulvey, a análise reforça que a desconstrução de estereótipos de gênero requer políticas públicas articuladas, formação crítica e compromisso coletivo. Conclui-se pela urgência de ações estruturadas e contínuas que promovam uma infância plural, livre e democrática.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Estereótipos de gênero. Formação docente. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui um espaço privilegiado para a formação de sujeitos críticos e sensíveis às desigualdades sociais. Partimos do entendimento de que a infância é um período crucial para a desconstrução de estereótipos e para o cultivo de uma cultura de equidade. Nesse horizonte, este estudo analisa como professoras e professores da rede pública de Maceió (AL) compreendem e incorporam a temática de gênero em suas práticas pedagógicas, tomando os espaços das instituições como lugares de produção de sentidos e de experiências democráticas.

Com abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada em dois Centros Municipais de Educação Infantil, com base em entrevistas e análise documental. O

¹ Universidade Federal de Alagoas. E-mail: manasearh@gmail.com

² Universidade Federal de Alagoas. E-mail: cianjos@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Alagoas. E-mail: alyssandra.barros@cedu.ufal.br





referencial teórico ancora-se em Judith Butler, Simone de Beauvoir, bell hooks e Laura Mulvey, articulando debates sobre performatividade, socialização de gênero, representações e poder. Inspirados na proposição de bell hooks (2013) de “educação como prática da liberdade”, concebemos os processos educativos como exercícios de transgressão crítica às fronteiras que sustentam desigualdades e exclusões, orientando o trabalho pedagógico para a dignidade e a autonomia das crianças pequenas, desde bebês.

Embora a legislação e os documentos curriculares brasileiros reconheçam a equidade de gênero como princípio formativo, sua efetivação no cotidiano das instituições ainda encontra obstáculos: resistências institucionais, ausência de formação continuada específica e escassez de materiais sensíveis ao tema. Ao investigar percepções e práticas docentes, o estudo busca evidenciar caminhos e limites das iniciativas existentes, contribuindo para o debate sobre políticas públicas, formação crítica e compromisso coletivo. Defendemos, por fim, a urgência de ações estruturadas e contínuas que promovam infâncias plurais e garantam o direito de todas as crianças a existirem com liberdade, dignidade e afeto.

OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral analisar as percepções de docentes da Educação Infantil da rede pública de Maceió (AL) no tratamento das questões de gênero. Especificamente, busca-se identificar os principais desafios enfrentados na implementação de práticas que problematizem estereótipos de gênero; mapear as estratégias pedagógicas mobilizadas para promover a equidade desde a primeira infância; e compreender de que modo as políticas públicas e a formação docente contribuem para a transversalização dessa temática nas instituições.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A perspectiva de bell hooks (2013) — inspirada em Paulo Freire — orienta este estudo ao compreender que as práticas educativas críticas podem contribuir para o exercício da liberdade e para a transgressão das fronteiras de gênero, raça e classe, desde a Educação Infantil. Esse horizonte convoca docentes a criar experiências que





desnaturalizem hierarquias e binarismos, articulando razão e afeto como dimensões indissociáveis do aprender.

Em diálogo com hooks, Laura Mulvey (1981) evidencia como linguagens visuais estruturam o “olhar” que normatiza a masculinidade e transforma o feminino em objeto de contemplação. Ao trazer essa chave para a Educação Infantil, compreendemos que imagens, narrativas, brinquedos e rotinas compõem um currículo cultural que pode reproduzir desigualdades ou, inversamente, abrir possibilidades expressivas a meninas e meninos. Assim, pensar gênero na EI implica interrogar repertórios midiáticos e pedagógicos que sustentam estereótipos e limitaram por décadas as formas de ser-criança.

No campo normativo, as DCNEI (Brasil, 2009) afirmam princípios éticos, políticos e estéticos que demandam respeito à dignidade e às diferenças; já os Indicadores de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024) reconhecem a diversidade de gênero como dimensão estruturante da qualidade. Nesse marco, gênero não deve figurar como tema episódico, mas atravessar o projeto pedagógico, a formação continuada e a participação das famílias — articulando cuidado, brincadeira e interação como direitos.

Freire e Faundez (1985) reforçam que o centro de uma pedagogia emancipadora é a pergunta: quando crianças e docentes podem perguntar, novos ângulos críticos se abrem e a reflexão se aprofunda. Essa prática é inseparável da democracia nas instituições educacionais: procedimento democrático não se confunde com falta de rigor, e liberdade não inviabiliza a rigorosidade — ao contrário, supõe criação responsável, análise e debate público do que se propõe.

Essa pedagogia da pergunta ancora-se também na ética do encontro com a diferença: aprender a tolerar, dialogar e reconhecer outras culturas e modos de ser é parte do trabalho formativo desde a primeira infância. Trata-se de deslocar julgamentos a partir de “nossos” valores para uma escuta ativa do outro, afirmando a diversidade no cotidiano institucional e fortalecendo práticas coletivas que combinem proposição docente e abertura ao diálogo com as crianças e suas famílias.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS





A pesquisa adotou abordagem qualitativa voltada à compreensão das representações sobre gênero entre docentes da Educação Infantil de Maceió (AL). Foram selecionados dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) com realidades socioeconômicas distintas. Os(as) participantes, com experiência mínima de três anos na Educação Infantil, foram escolhidos(as) por critérios de intencionalidade e atuavam em diferentes regiões administrativas da cidade, garantindo diversidade de trajetórias, tempos de carreira e turmas atendidas.

A coleta de dados combinou questionários, entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental das Orientações Curriculares (Maceió, 2015) e dos planejamentos pedagógicos. Para assegurar os princípios éticos, todos(as) os(as) docentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em conformidade com o Comitê de Ética em Pesquisa em Pesquisa. O corpus foi tratado pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), com codificação inicial, organização em eixos temáticos e triangulação com os registros de campo, de modo a robustecer a validade interna dos achados.

Além desses procedimentos, adotou-se uma postura dialógica inspirada na pedagogia da pergunta (Freire; Faundez, 1985), estruturando o roteiro de entrevistas e as observações a partir de perguntas-chave que se desdobraram em novas perguntas mediadoras, mantendo o encadeamento pergunta–resposta–ação sempre vinculado à realidade concreta observada. Essa estratégia favoreceu a confrontação entre narrativas docentes, práticas cotidianas e documentos curriculares, conectando as respostas à prática e situando as evidências no debate sobre a inclusão das questões de gênero nos currículos e na formação docente, bem como na defesa de currículos democráticos e inclusivos na Educação Infantil.

RESULTADOS

Os dados mostram consenso entre as(os) docentes: gênero é elemento estruturante da prática educativa, mas sua efetivação esbarra em entraves recorrentes — formação continuada insuficiente, falta de materiais sensíveis e apoio institucional limitado. As falas ilustram: “É preciso preconizar o respeito à diversidade e à individualidade de cada sujeito [sic]” (P1); “há um abismo [...] por questão de formação [...] não ‘sinto’, não tenho formação adequada [sic]” (P13); “com as crianças





é de fácil aceitação; já na formação levanta discussões em torno das crenças de alguns adultos [sic]” (P14). Em diálogo com bell hooks, conceber a educação como “prática da liberdade” implica transformar reconhecimento em condições concretas — tempos institucionais, materiais, acompanhamento — e não em ações esporádicas, convergindo com Anjos, Oliveira e Araujo (2022) pela inclusão sistemática de gênero em currículos e formação.

A predominância de iniciativas pontuais sugere “currículos de ocasião”, dependentes da boa vontade individual. Em Maceió, embora o documento municipal (2015) proponha um “currículo ampliado”, diversidade e diferença seguem pouco aprofundadas, fragilizando a transversalidade do tema. Em termos freirianos (Freire; Faundez, 1985; hooks, 2013), sem um projeto político-pedagógico que situe gênero como eixo de leitura crítica, faltam continuidade e rigorosidade democrática. Os achados confirmam: é preciso deslocar o tema do episódico para o plano curricular e institucional.

A noção de “fadiga da compaixão” (Gobbi; Anjos, 2024) ajuda a entender ambivalências: sobrecarga e condições precárias levam à autopreservação afetiva, reduzindo a disposição para mediar conflitos e sustentar debates. Esse “esfriamento” ajuda a seguir o dia, mas enfraquece a escuta e o trabalho coletivo. Enfrentar o quadro requer cuidar de quem cuida: redes de apoio, tempos protegidos de estudo e diálogo com famílias e condições de trabalho que reativem atenção e responsabilidade compartilhada.

Do ponto de vista didático, há potência quando a mediação se ancora em metodologias dialógicas e investigativas. A “pedagogia da pergunta” (Freire; Faundez, 1985) desloca binarismos ao abrir espaço para perguntas situadas de crianças e adultas(os); combinada à crítica de Mulvey (1981) ao “olhar” que normatiza a masculinidade e objetifica o feminino, permite esmiuçar o currículo cultural (imagens, narrativas, brinquedos, rotinas) e reorganizar micropráticas — histórias, materiais, espaço, regras — para que as crianças participem da construção de normas mais justas e aprendam a desnaturalizar estereótipos.

Por fim, a agenda de política e gestão demanda arranjo sistêmico que conecte formação, currículo, materiais e acompanhamento, à luz das DONQEEI (Res. CNE/CEB nº 1, 17 out. 2024). Propõem-se: (i) trilhas formativas críticas e contínuas





sobre gênero/interseccionalidades; (ii) revisão do PPP/PPC e planejamentos com objetivos, experiências e critérios de avaliação explícitos; (iii) provisão e circulação de acervos diversos; (iv) tempos institucionais para estudo, planejamento e avaliação; e (v) participação qualificada de famílias e das próprias crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados confirmam um descompasso entre o reconhecimento da importância da equidade de gênero na Educação Infantil e sua efetivação cotidiana: prevalecem ações pontuais, lacunas formativas, materiais insuficientes e apoio institucional limitado, cenário que é agravado por sobrecargas de trabalho e “fadiga da compaixão”. Reafirmamos, assim, a necessidade de um arranjo sistêmico que alinhe currículo, formação e gestão às DCNEI (2009) e às DONQEEI (2024), deslocando o tema do plano episódico para o eixo estruturante do projeto pedagógico.

Para avançar, propomos um pacto coletivo e contínuo — envolvendo docentes, gestão, famílias, redes públicas e movimentos sociais — que sustente: trilhas formativas críticas, revisão do PPP/PPC e dos planejamentos, provisão de acervos e tempos institucionais, participação qualificada das crianças e cuidado com quem cuida. Ancoradas na “pedagogia da pergunta” e em práticas que interrogam estereótipos (hooks, Freire; Mulvey), tais condições permitem que a escola seja espaço democrático de aprendizagem, onde a dignidade, o afeto e a liberdade orientem experiências que afirmem infâncias plurais, justas e acolhidas em sua inteireza.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Cleriston Izidro; OLIVEIRA, Manasséis Silvério da Silva; ARAUJO, Luciana Aparecida de. Gênero na Educação Infantil: Notas sobre Políticas, Formação e Práticas Educativas. **Revista Interações**, [S. l.], v. 18, n. 61, p. 112–140, 2022. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/27034>.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União.





- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Qualidade e equidade na educação infantil: princípios, normatização e políticas públicas**. Brasília, DF: MEC, 2024.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos. Infâncias, movimentos sociais e cidade: reflexões urgentes em meio à “fadiga da compaixão”. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e94770, 2024.
- HOOKE, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Maceió**. Maceió: SME, 2015.
- MULVEY, Laura. **Prazer visual e cinema narrativo**. Revista Iris, n. 2, p. 69–78, 1981.

